

PARECER TÉCNICO

**ASSUNTO: PLANO DE REPARAÇÃO E AÇÕES MITIGATÓRIAS EM SAÚDE
ENFRENTAMENTO DOS DANOS DECORRENTES DO DESASTRE DA
BARRAGEM DE FUNDÃO**

DATA DE RECEBIMENTO 27/01/2020

DATA DA ANÁLISE: 28/01/2020 A 19/02/2020

RESPONSÁVEIS PELA ANÁLISE: RONIZE GOMES DO NASCIMENTO

PAULA CAMBRAIA DE MENDONÇA VIANNA

WAGNER ELISIO TONON

CONTEXTO

A Fundação Renova recebeu da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Linhares documento intitulado *Plano de Reparação e Ações Mitigatórias em saúde enfrentamento dos danos decorrentes do desastre da Barragem de Fundão, pleiteando a execução, pela Fundação Renova, de ações de reparação e mitigação aos impactos decorrentes do rompimento da Barragem de Rejeito da Samarco, Vale, BHP Billiton em Mariana que Atingiu a Cidade de Linhares - ES no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), sob gestão municipal.*

ANÁLISE

O Plano de Ação em Saúde elaborado pelo município de Linhares traz como principal justificativa para as ações propostas o fato da pluma de rejeito ter avançado pela zona rural, estuarina e marítima, atingindo toda população ribeirinha, causando impactos socioambientais e socioeconômicos, além do aumento da demanda no serviço de saúde, aumento da população cadastrada nas áreas impactadas, aumento do gasto em saúde, violência doméstica/sexual e/ou outras violências e fragilização do bem-estar físico e mental da população impactada.

O perfil demográfico de Linhares é:

- População em 2010 de acordo com o IBGE: 141.254
- População em 2018 de acordo com o DATASUS: 170.364
- Cadastro Integrado da Fundação Renova¹: 13.515 (4.061 famílias)

1. Quanto aos estudos toxicológicos e epidemiológicos para definição de impactos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão

Ao analisar o Plano Municipal de Reparação e Ações Mitigatórias em Saúde: Enfrentamento dos danos decorrentes do Desastre da Barragem de Fundão, a Fundação Renova constatou que as alegações e ações propostas pelo Município de Linhares não estão fundamentadas em estudos e dados consistentes do ponto de vista técnico e, tampouco, em documentos aptos a embasar tais alegações e pleitos. Cabe destacar que a Fundação não teve acesso às pesquisas apresentadas, e que vem conduzindo estudos de avaliação de risco a saúde humana e ambientais.

O Programa de Apoio à Saúde Física e Mental da População impactada é regido pelo Termo de Transação e de Ajustamento De Conduta (TTAC), cláusulas 106 a 112, que também define que a execução dos programas socioeconômicos da Fundação Renova deverá observar o padrão e normas das políticas públicas aplicáveis.

O Programa de Saúde é descrito inteiramente como reparatório e age no princípio de identificar riscos e impactos à saúde decorrentes do rompimento da barragem de Fundão e desenvolver ações para mitigá-los.

De acordo com o TTAC, todas as atividades, ações e medidas estabelecidas pelos programas socioeconômicos e socioambientais devem conter fundamentação científica e guardar relação de proporcionalidade e eficiência voltadas à remediação e/ou compensação de impactos materializados em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, com o objetivo de restauração à situação anterior ao evento. No contexto do Programa de Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada, a Cláusula 111 do TTAC estabelece que cabe à Fundação Renova desenvolver estudos para avaliar riscos e correlações decorrentes do rompimento da barragem e, a partir desses resultados, estabelecer as medidas mitigatórias cabíveis. Ainda, de acordo com a Deliberação CIF 106/2017, os

impactos na saúde¹ da população, bem como as ações mitigatórias e os protocolos de saúde serão identificados por meio de **estudos toxicológico e epidemiológicos**, os quais serão desenvolvidos através do acordo de cooperação técnica, nos termos da Deliberação CIF 197/2018.

A elaboração de tais estudos foi incorporada no âmbito das negociações acerca dos "Eixos Prioritários", no âmbito da Ação Civil Pública nº 1024354-89.2019.4.01.3800. Naquele contexto, por força de compromisso acordado entre as partes, a Fundação Renova e as Fundações de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) e do Espírito Santo (FAPES) celebraram convênio, para, em momento posterior, elaborar "Termo de Referência dos Estudos Epidemiológico e Toxicológico, previstos na Nota Técnica CT-Saúde nº 11/2017 e Deliberação CIF 106 (com cronograma de execução e físico-financeiro) para manifestação técnica da CT-Saúde, conforme Nota Técnica da CT Saúde nº 06/2018 e Deliberação CIF 197, e posterior validação e homologação judicial" (decisão proferida pelo Juiz da 12ª Vara Federal de Belo Horizonte no Cumprimento de Sentença nº 1000260-43.2020.4.01.3800).

Assim, sem entrar no mérito de que os agravos à saúde alegados no Plano Municipal não têm qualquer amparo em estudo técnico, fato é que, até que os estudos epidemiológicos e toxicológicos relativos ao Município de Linhares sejam concluídos, não é possível estabelecer de maneira tecnicamente embasada se há necessidade de adoção de medidas mitigatórias pela Fundação Renova e, em caso afirmativo, quais seriam essas medidas¹. Afinal, os referidos estudos, se identificados impactos do rompimento à saúde, indicarão as ações mitigatórias necessárias para garantir a mitigação dos riscos à saúde dos impactados, a serem executadas pela Fundação Renova.

¹ Parágrafo Segundo da Cláusula 111 do TTAC: "Tendo sido identificados impactos do Evento à saúde, o estudo indicará as ações mitigatórias necessárias para garantir a saúde dos IMPACTADOS, a serem executadas pela Fundação".

Outro ponto a destacar é que o Estudo de Avaliação de Risco a Saúde Humana em Linhares está em andamento, com entrega dos resultados para abril de 2020 no âmbito da Ação Civil Pública nº 1024354-89.2019.4.01.3800.

2. Recursos Humanos para a Estratégia Saúde da Família (ESF), Saúde Mental, Vigilância em Saúde, Assistência Laboratorial e Farmacêutica

2.1 Estratégia de Saúde da Família

O Município de Linhares solicita a contratação de mais uma equipe de Saúde da Família para suplementar a já existente em Regência, haja vista que a equipe atual não atende à população diariamente por atuar em outros pontos de apoio adscritos ao território. De acordo com o plano apresentado a população cadastrada é de 3.115 pessoas. A Portaria 2.488 de 21 de outubro de 2011, dispõe que cada equipe de saúde da família deve ser responsável por, no máximo, 4.000 pessoas, sendo a média recomendada de 3.000 pessoas. Portanto, a atual cobertura pela ESF prestada pelo município se adequa ao quantitativo proposto pelo Ministério da Saúde.

2.2 Saúde Mental

O Plano Municipal descreve que houve aumento dos casos relacionados a saúde mental nas áreas impactadas, solicitando a contratação de 03 psicólogos, 01(um) psiquiatra/ou médico especialista em saúde mental 20 (vinte) horas, 03 (três) profissionais de nível superior especialista em terapias integradas, 03 (três) profissionais da saúde mental para realização de supervisão do serviço e estudos de casos 30 (trinta) horas cada, 03 (três) oficinairos de nível médio, 03 (três) terapeutas ocupacionais 30 (trinta) horas cada, 03 (três) assistentes sociais 30 (trinta) horas cada, 03 (três) recepcionistas 30 (trinta) horas cada, 03 (três) auxiliares administrativos 30 (trinta) horas cada e 03 (três) auxiliares de serviços gerais 30 (trinta) horas cada.

Como citado anteriormente, foi firmado o acordo de cooperação técnica com as Fundações de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) e do Espírito Santo (FAPES) para desenvolvimento dos demais estudos relacionados à saúde da população atingida. Os referidos estudos, contempla estudo epidemiológico de

saúde mental, se identificados impactos do rompimento à saúde, indicarão as ações mitigatórias necessárias para garantir a redução dos riscos à saúde dos impactados, a serem executadas pela Fundação.

2.3 Vigilância em Saúde

Os estudos acima relacionados definirão as ações mitigatórias necessárias para garantir a saúde dos impactados, a serem executadas pela Fundação Renova.

De todo modo, é preciso desde já esclarecer que os dados dos agravos apresentados na página 62 do Plano proposto demonstram aumento da incidência dos acidentes por animais peçonhentos, de intoxicações exógenas, de leishmaniose tegumentar americana, de sífilis em gestante, de violência doméstica/sexual e/ou outras violência e dengue, mas não trazem evidências de correlação com o rompimento da barragem de Fundão. A Cláusula 109 do TTAC prevê ações em Vigilância Ambiental, Epidemiológica, Saúde do Trabalhador e Sanitária, desde que estejam embasadas em estudos de avaliação dos impactos socioambientais e socioeconômicos, conforme o caso, decorrentes do rompimento da barragem, e contenham fundamentação científica, quando cabível, guardando relação de proporcionalidade e eficiência, bem como voltadas à reparação e/ou compensação de impactos ambientais e socioeconômicos materializados em decorrência do rompimento da barragem de Fundão.

2.4 Média Complexidade

O município solicita a contratação de 01(um) Ginecologista, 01 (um) Pediatra, 01 (um) Dermatologista e 01 (um) Nutricionista para atendimento das comunidades atingidas. Cabe ressaltar que o município não apresenta as especialidades e respectivas demandas requeridas no Plano, que supere as responsabilidades do SUS, considerando os parâmetros estabelecido através da portaria 1.631/2015 e PPI, com as devidas justificativas e evidências de correlação com o rompimento.

A Cláusula 109 do TTAC prevê ações em Atenção Secundária, desde que estejam embasadas em estudos de avaliação dos impactos socioambientais e socioeconômicos, conforme o caso, decorrentes do rompimento da barragem, e

tenham fundamentação científica, quando cabível, guardando relação de proporcionalidade e eficiência, bem como voltadas à reparação e/ou compensação de impactos ambientais e socioeconômicos materializados em decorrência do evento.

2.5 Assistência Laboratorial

O Plano Municipal descreve que houve aumento das solicitações de exames para análises clínicas e anatomopatológicas, bem como reforça a importância na disponibilização dos exames para identificação de contaminação por metais e monitoramento da população impactada.

Reiteramos que, de acordo com a cláusula 111 do TTAC, cabe a Fundação desenvolver o Estudo Epidemiológico e Toxicológico para identificar o perfil epidemiológico e sanitário retrospectivo, atual e prospectivo dos moradores de Mariana até a foz do Rio Doce, de forma a avaliar riscos e correlações decorrentes do evento e estabelecer ações de mitigações.

2.6 Assistência Farmacêutica

O Plano apresenta necessidade de contratação de 03 (três) farmacêuticos de 40hs cada para atuar nas regiões de Pontal do Ipiranga, Povoação e Regência. A solicitação não está justificada no plano apresentado.

3. Infraestrutura e equipamentos para a Estratégia Saúde da Família (ESF), Saúde Mental, Vigilância em Saúde, Assistência Laboratorial e Farmacêutica

3.1 Estratégia Saúde da Família

O Plano solicita ampliação e reforma da Unidade Básica de Pontal do Ipiranga, reforma do Ponto de Atendimento do Degredo, aquisição de equipamentos para unidades do Degredo e Regência. Porém, não existe evidência de danos estruturais decorrentes do rompimento que justifique o processo de reparação solicitado.

O plano solicita ainda aquisição de uma Unidade móvel de saúde equipada, com consultório médico e odontológico e aquisição de três barcos com motor para

atendimento às populações moradoras nas ilhas do Rio Doce. O Plano apresentado não justifica a necessidade de aquisição de tais bens.

3.2 Saúde Mental

O Plano solicita a necessidade de a) custeio do aluguel de imóvel para desenvolvimento das ações da equipe saúde mental, b) adequação desse imóvel com móveis, equipamentos e estrutura necessária para o desenvolvimento dessas ações, c) manutenção de materiais pertinentes à manutenção do serviço, incluindo materiais de escritório e para realização de oficinas e grupos terapêuticos e d) veículos para o deslocamento da equipe.

Não há evidências quanto ao aumento do adoecimento psíquico da população. As ações necessárias para garantir a mitigação dos riscos à saúde dos atingidos, a serem executadas pela Fundação, serão definidas pelos estudos já descritos anteriormente.

3.3 Vigilância em Saúde

O plano solicita aquisição/locação de 01 (um) veículo tracionado com motorista para acompanhamento das coletas de água e visita às comunidades atingidas, aquisição de computador portátil e kit multimídia e kit de análise rápida da qualidade da água (colorímetro e demais materiais necessários) para análise rápida da qualidade da água, tendo em vista que o LACEN/ES não realiza medição de cloro residual ou livre na água

Informamos que está sendo discutida no âmbito do processo judicial nº 1000260-43.2020.4.01.3800, em trâmite na 12ª Vara Federal de Belo Horizonte, no âmbito da qual se discute o Eixo Prioritário 2 – Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico, a implementação de ações de apoio à vigilância em saúde.

Ressaltamos que o Programa de Monitoramento da Qualidade da Água para Consumo Humano (PMQACH) realiza suas atividades desde setembro de 2018, contemplando desde Mariana até os municípios impactados no estado do Espírito Santo.

A Fundação firmou acordo de cooperação técnica com as Fundações de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) e do Espírito Santo (FAPES) para desenvolvimento dos demais estudos relacionados à saúde da população atingida. Os referidos estudos, se identificados impactos do rompimento à saúde, indicarão as ações mitigatórias necessárias para garantir a redução dos riscos à saúde dos impactados, a serem executadas pela Fundação.

3.4 Média Complexidade

O Plano solicita a aquisição de equipamentos para realização de acompanhamento nutricional das comunidades atingidas (balança, adipômetro, plicômetro, estadiômetro, balança digital, trena com IMC) e locação de 02 (dois) veículos adequados para tráfego em estrada de chão, com motorista, para realização de deslocamento dos profissionais (dermatologista, nutricionista e outros).

Cabe destacar que o financiamento das ações e serviços de saúde é de responsabilidade das três esferas de gestão do SUS, observado o disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica da Saúde. Os recursos federais destinados às ações e serviços de saúde de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar está atualmente organizado no Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, no grupo Atenção à Saúde de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, definido a partir de parâmetros específicos.

Incluir que não há evidência de doenças e agravos decorrentes do rompimento que justifiquem a ação. Mesmo de forma redundante citar estudos em andamento.

3.5 Assistência Farmacêutica

O Plano aponta que há comprometimento no fornecimento de medicamentos necessários aos tratamentos da saúde dos atingidos, por doenças relacionadas ao desastre. No entanto, não descreve os possíveis agravos e doenças decorrentes do rompimento que demandam consumo de medicamentos que superem as responsabilidades e capacidade do SUS.

De acordo com o TTAC, todas as atividades, ações e medidas estabelecidas pelos programas socioeconômicos devem conter fundamentação científica e guardar relação de proporcionalidade e eficiência voltadas à remediação e/ou compensação

de impactos materializados em decorrência do rompimento da barragem de Fundão.

6. Educação Permanente em Saúde/Capacitação

O Plano propõe a implementação de programa de capacitação, programa de educação em saúde, Seminários/Oficinas de Discussão e Avaliação sobre as temáticas da saúde das comunidades atingidas voltada para as equipes de saúde e população do município. Solicitam, também, aquisição de equipamentos multimídias e material gráfico para realização das ações de educação em saúde/educação permanente nas comunidades atingidas de Regência, Pontal do Ipiranga, Povoação.

De acordo com o plano de capacitações solicitado pela CT-Saúde e já apresentado, a Fundação Renova está elaborando proposta de desenvolvimento do programa de capacitações com os seguintes temas, conforme solicitado pela CT -Saúde: **(i)** Comunicação de Risco a Saúde, **(ii)** Formação em Vigilância em Saúde, perpassando pela **(iii)** Vigilância Ambiental, Epidemiológica e Sanitária, englobando tópicos voltados a Bioestatística e Monitoramento da Qualidade da Água para o Consumo Humano, **(iv)** Emergência em Desastres, **(v)** Gestão da Informação em Saúde (englobando Gestão dos Sistemas de Informação), **(vi)** Princípios e Conceitos de ARSH e **(vii)** Toxicologia de Metais. Inclui-se, também, na proposta a capacitação para os profissionais de saúde em diagnóstico e reabilitação de pacientes intoxicados por metais pesados que contempla os seguintes tópicos: **(viii)** Sinais e Sintomas Relacionados à Exposição de Metais, **(ix)** Levantamento do Histórico Completo de Exposição, **(x)** Exames Físicos para Identificação de Sintomas relacionados à exposição de metais, **(xi)** Direcionamento e Interpretação de Testes de Laboratório para Avaliação de Intoxicação por Metais e **(xii)** Direcionamento de Diagnóstico e Acompanhamento de Intoxicação por Metais.

Para a execução das capacitações, a empresa a ser contratada fornecerá o material necessário.

Sobre o Programa de Saúde Física e Mental da Fundação Renova

Por fim, cabe ressaltar que o Programa de Saúde Física e Mental deve atuar de acordo com o TTAC, sendo:

- Um programa que compreende medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos advindos do rompimento da Barragem de Fundão.
- As medidas de reparação compreendem medidas e ações com o objetivo de recuperar, mitigar, remediar e/ou reparar, impactos advindos do rompimento, tendo como referência a situação anterior.
- Todos os programas previstos no TTAC orientarão a elaboração e a execução dos projetos, cuja implementação terá o condão de reparar e/ou compensar os impactos, danos e perdas decorrentes do rompimento, com base nos estudos a serem realizados pela Fundação, por meio de Experts contratados.
- Os projetos e demais atividades, ações e medidas dos programas a serem implementados serão definidos conforme estudo de avaliação dos impactos socioambientais e socioeconômicos, conforme o caso, decorrentes do rompimento.
- Todos os projetos, atividades, ações e medidas estabelecidos pelos programas devem conter fundamentação científica, quando cabível, e guardar relação de proporcionalidade e eficiência, bem como voltadas à remediação *e/ou* compensação de impactos ambientais e socioeconômicos materializados em decorrência do rompimento da barragem, considerando, entre outras, as seguintes etapas:
 - a) preliminarmente, avaliação inicial dos impactos, realizada a partir das informações conhecidas e de possível levantamento;
 - b) estabelecimento de programas de monitoramento e definição da situação anterior;
 - c) avaliação dos impactos, observados riscos identificados deles derivados;
 - d) estabelecimento de critérios para mensuração e avaliação de efetividade na implementação dos projetos;

- e) definição de projetos, ações e medidas de recuperação socioambiental e socioeconômico estabelecida a partir da identificação dos recursos ambientais impactados pelo rompimento;
- Para a regular execução dos programas socioeconômicos é necessária a participação efetiva da rede pública no cumprimento de suas atribuições regulares, com a observância de seus fluxos, protocolos de atendimento e prestação dos respectivos serviços públicos;
 - O cadastro efetuado pelo programa de cadastro da Fundação Renova servirá como referência de dimensionamento e quantificação de todos os programas socioeconômicos.
 - Caberá à Fundação desenvolver um Estudo Epidemiológico e Toxicológico para identificar o perfil epidemiológico e sanitário retrospectivo, atual e prospectivo dos moradores de Mariana até a foz do Rio Doce, de forma a avaliar riscos e correlações decorrentes do rompimento. A elaboração de tais estudos foi incorporada ao Eixo Prioritário nº 2, inclusive com acordo entre as partes homologado judicialmente sobre contratação e execução de estudos epidemiológicos e toxicológico.
 - Tendo sido identificados impactos do rompimento à saúde, o estudo indicará as ações mitigatórias necessárias para garantir a saúde dos impactados, a serem executadas pela Fundação Renova.

CONCLUSÃO

A proposta do Plano de Reparação e Ações Mitigatórias em saúde enfrentamento dos danos decorrentes do desastre da Barragem de Fundão, pleiteia a execução, pela Fundação Renova, de ações de reparação e mitigação. Porém, não apresenta fundamentação técnica que justifique atuação da Fundação.

Cumpre deixar consignado que a Fundação Renova não se opõe em prover medidas e ações necessárias à mitigação dos danos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão à saúde da população diretamente atingida, desde que observadas as disposições contidas no TTAC e nas obrigações acordadas e determinadas judicialmente no âmbito do Eixo Prioritário nº 2 (cumprimento de sentença nº 1000260-43.2020.4.01.3800), e resguardadas as garantias de direito

e dever da Fundação Renova em evidenciar correlação com o rompimento e a necessária participação efetiva da rede pública no cumprimento de suas atribuições regulares, com a observância de seus fluxos, protocolos de atendimento e prestação dos respectivos serviços públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. Ministério da Saúde. Constituição Federal do Brasil. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.992, DE 28 de dezembro de 2017. Disponível: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3992_28_12_2017.html.

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº1631, de 01 de outubro de 2015. Disponível: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt1631_01_10_2015.html.

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria 2488, de 21 de outubro de 2011. Disponível: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html.

Termo de Transação e de Ajustamento De Conduta (TTAC), Brasília, 02 de março de 2016. Disponível: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/07/ttac-final-assinado-para-encaminhamento-e-uso-geral.pdf>